



REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES DO ALGARVE

- Estratégia e Prioridades de Intervenção-

REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES DO ALGARVE

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

- Ficha técnica –

Título: *Aldeias Inteligentes do Algarve* - Estratégia de Intervenção para criação de uma Rede

Autor: António Oliveira das Neves (Coordenador)

Abril de 2022

REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES DO ALGARVE
- Estratégia e Prioridades de intervenção-

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
1. EXPERIÊNCIAS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	3
1.1. <i>Valorização do interior - constrangimentos e necessidades de intervenção</i>	3
1.2. <i>Dinâmicas de inovação e competências relevantes para o Interior</i>	5
1.3. <i>Revitalização das Zonas Rurais - da Declaração de Cork 2.0 à Iniciativa das Aldeias Inteligentes</i>	8
2. QUADRO DE REFERÊNCIA DE OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO.....	11
3. CRIAÇÃO DA REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES DO ALGARVE.....	15
3.1 <i>Estruturação de objetivos e racional de intervenção da Rede</i>	15
3.2 <i>Fichas por Domínio de intervenção</i>	25
3.3 <i>Entidades Beneficiárias e Condições de acesso</i>	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
ANEXOS	39
<i>Anexo 1 - Referências documentais</i>	39
<i>Anexo 2 - Aldeias Inteligentes - Domínios de intervenção e de Ações-tipo</i>	41
<i>Anexo 3 - Aldeias do Algarve: Programa de Revitalização (2002-2004)</i>	43

APRESENTAÇÃO

A criação de uma **Rede de Aldeias Inteligentes no Algarve** no contexto da Valorização do Interior, estabelece um conjunto de desafios que o presente Relatório procura equacionar. Entre esses desafios, salienta-se a utilização de novas tecnologias, incluindo as digitais, para aproveitar novas oportunidades de transformação do quadro de iniciativas, atividades, formas de ocupação e empregos nas áreas rurais, p. ex., em resultado da melhoria da cobertura das infraestruturas digitais e da literacia dos utilizadores.

Na ótica dos objetivos e outputs subjacentes à Consultoria, trata-se de sistematizar oportunidades associadas à digitalização dos territórios circunscrevendo a ambição das atividades possíveis à luz dos ativos territoriais suscetíveis de valorização económica e criação de valor acrescentando, para tanto beneficiando de instrumentos criados pelo PO Algarve 2030 e do cruzamento dinâmico e operativo com outras complementaridades.

À luz dos desafios lançados pelas transições sustentáveis (climática e energética) e digital, este é o quadro que se considera inovador e estimulante para reequacionar o papel e participação dos territórios do interior algarvio num ciclo de desenvolvimento que estruture espaços de vivência, com densidade e qualidade de vida, que funcionem como polos geradores de novas formas de vida (nómada e não nómada) em que a conectividade digital possa constituir um dinamismo de agregação e um impulso para valorizar ativos dos territórios.

A capacidade de mobilização de atores do campo do conhecimento e da inovação (social, ambiental, tecnologia, TIC's, Big Data, Internet das Coisas...), é central para o sucesso da incorporação da inteligência na Rede (ponto central da iniciativa). Como tal, a sinalização antecipada deste tipo de atores (públicos e privados) e a avaliação da sua disponibilidade para adesão e envolvimento no ciclo de vida (identificação de oportunidades, participação dos interessados, desenho de soluções/objetivos/ações/prioridades, gestão e monitorização), constitui um ponto crítico para o sucesso da Rede de Aldeias Inteligentes.

Na organização de conteúdos do **Relatório Final** da Consultoria, são recuperadas, de forma sucinta, matérias relevantes abordadas, reforçando o carácter operacional dos “outputs” da Consultoria:

Capítulo 1 -Experiências de promoção do desenvolvimento local, que compreende: (i) uma síntese de resultados e constrangimentos de programas (regionais e nacionais), também de experiências embrionárias inovadoras; e (ii) elementos “benchmarking” de iniciativas da Comissão Europeia no domínio da valorização das aldeias rurais incluindo a Iniciativa das Aldeias Inteligentes (Smart Villages e Pareceres do Comité das Regiões e Comité Económico e Social Europeu).

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO
DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-**

Capítulo 2 - Quadro de referência de oportunidades de financiamento, que compreende referências ao Plano de Ação Diversificar Algarve (Ação Valorização do Interior), ao ITI Água e Ecossistemas de Paisagem (Algarve-Alentejo) e a outros enquadramentos em Prioridades do PO Regional Algarve 2021-2027 e de outros PO (POCTEP e PO's FEADER e FEAMPA).

Capítulo 3 - Desenho da Rede de Aldeias Inteligentes, que compreende: (i) a estruturação de objetivos, elementos de diagnóstico territorial e racional de intervenção da Rede; (ii) as Fichas por Domínios de intervenção; e (iii) as Entidades beneficiárias e condições de acesso, ponto que equaciona.

Capítulo 4 - Considerações Finais, que equaciona um conjunto de questões-chave relativas ao equilíbrio das componentes de investimento público e privado, à natureza das transformações no contexto dos novos instrumentos de financiamento, e ao estatuto da Rede na melhoria organizacional dos territórios de baixa densidade.

O **Relatório Final** inclui um conjunto de **Anexos** que sistematizam informação processada em apoio à fundamentação de várias componentes da Consultoria.

- *Anexo 1. Referências Documentais*, breve repositório de documentação com interação temática e potencial de aprofundamento para os objetivos da Valorização do Interior e a criação da Rede de Aldeias Inteligentes;
- *Anexo 2. Aldeias Inteligentes-Domínios de intervenção e de Ações-tipo*, que sistematiza os Pareceres do CESE e do Comité das Regiões acerca das iniciativas da Comissão Europeia relativas às Aldeias Inteligentes, na ótica da identificação preliminar de Domínios de Intervenção e Ações-tipo;
- *Anexo 3. Aldeias do Algarve: Programa de Revitalização (2002-2004) - elementos de síntese* (aldeias apoiadas pelo Programa, equipamento coletivos intervencionados, e projetos de interesse apoiados, segundo o investimento).

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO
DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-**

1. EXPERIÊNCIAS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

1.1. Valorização do interior - constrangimentos e necessidades de intervenção

Os diversos ciclos de programação dos Fundos Estruturais (da política de coesão, da cooperação territorial, da agricultura e desenvolvimento regional, e mesmo do desenvolvimento sustentável das zonas costeiras) promoveram abordagens integradas dos territórios de baixa densidade do Algarve, com destaque para o Barrocal e a Serra Algarvia. De um modo geral, essas abordagens combinaram intervenções de qualificação do território (orientadas para a Valorização do interior), de incentivo ao empreendedorismo de pequena escala e base local, de promoção de recursos, produtos e serviços locais.

Estes “propósitos” de intervenção estão em linha com a ênfase colocada no desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade no Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), aprovado pela RCM n.º 102/2007. O PROT Algarve fixa nos seus quatro objetivos estratégicos dimensões cruciais para os Territórios de Baixa Densidade: (i) *Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer*; (ii) *Robustecer, qualificar a economia e promover atividades intensivas em conhecimento*; (iii) *Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo*; e (iv) *Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável*.

Mais em concreto, o Eixo 6 do PROT Algarve estabeleceu o reforço da coesão territorial e a valorização integrada das potencialidades dos diversos territórios como um dos objetivos estratégicos a desenvolver. Esta importante orientação para a coesão territorial e para o desenvolvimento regional, mereceu a definição de um programa estratégico específico para abordar o desenvolvimento sustentável das áreas de baixa densidade (PE 09), segundo quatro linhas de intervenção estruturantes: (i) Desenvolvimento rural; (ii) Correção de assimetrias regionais; (iii) Valorização dos recursos endógenos para a fixação de população; e (iv) Estímulo às iniciativas económicas e empresariais.

Entre as abordagens integradas de Valorização de ativos do território ensaiadas, salientam-se as intervenções de política pública no enquadramento dos sucessivos PO Regionais e PO Agricultura e Desenvolvimento Rural, destinadas aos Territórios de Baixa Densidade, num percurso iniciado com o PIDR do Nordeste Algarvio (1986-1990) e que compreendeu, ainda, o Programa Operacional de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR - QCAII, 1994/99); as Ações Integradas de Base Territorial (AIBT - QCAIII 2000/2006); o Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), que vigorou no ciclo de políticas comunitárias que terminou em 2013; e o Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos (PADRE), com financiamento do CRESC Algarve (2014-2020).

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

Algumas destas intervenções foram objeto de balanço avaliativo, sendo de salientar como principais traços gerais de apreciação (positivos e negativos):

- impactos positivos induzidos pelo Programa da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade (abordagem integrada de base territorial no PROAlgarve 2000-2006), com focalização objetiva na qualificação de recursos endógenos estruturantes; todavia, persistiram as fragilidades estruturais que afetam, ainda hoje, o desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade (problemas de escassez de atividades e, por isso, de emprego local, de dificuldade de acesso à habitação, de mobilidade e de falta de equipamentos coletivos/serviços de suporte, nomeadamente, saúde e educação) que condicionaram o cumprimento do objetivo estratégico de contribuir para atenuar a tendência de esvaziamento demográfico e de abandono empresarial que caracterizam estes territórios.
- elevado esforço financeiro realizado pelas autarquias, assumindo o papel de principais agentes promotores do desenvolvimento e criando as condições necessárias ao desenvolvimento local, mas sem sequência de iniciativas de aproveitamento económico empresarial, necessárias para “rentabilizar” de forma efetiva aquelas condições criadas, as quais se limitaram a investimentos nas áreas da restauração e do alojamento turístico e de lazer;
- a persistência de um modelo de desenvolvimento público-dependente não se tem revelado sustentável, nem é desejável no médio/longo prazo, havendo necessidade de fazer uma refocalização da lógica de atuação da Administração Pública, enquanto agente promotor de condições para o desenvolvimento (cf. *“Estudo de Avaliação de Impactos das Intervenções do QCA III com incidência específica em Territórios de Baixa Densidade, na Dinamização Empresarial”* (2005), Espaço e Desenvolvimento/CCDR Algarve).

No que se refere ao Programa das Aldeias do Algarve (cf. Síntese das intervenções do Programa, no Anexo 2), importa anotar alguns elementos que constam na *Avaliação Intercalar do PROAlgarve* (2008), CCDR Algarve/Consórcio Quatenaire - CEDRU-QU:

- A revitalização e dinamização do tecido económico das áreas de baixa densidades deve processar-se através da adequação dos instrumentos de intervenção às condições organizativas e aos recursos humanos existentes no território e do aperfeiçoamento dos mecanismos de articulação com instrumentos disponíveis noutros programas, p.ex., o Programa LEADER+;
- Os Grupos de Ação Local deverão articular projetos e ações de sensibilização das populações locais para a tomada de consciência do valor dos seus territórios, da

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

riqueza das suas identidades e da qualidade das suas paisagens (função animação territorial com reforço e competências para a intervenção ativa dos atores locais nos seus territórios.

Numa apreciação de conjunto, em sobrevoos destes elementos de avaliação qualitativa, subsistem como **dimensões-problema** que interpelam, a expressão da iniciativa endógena de base empresarial em novas abordagens de diversificação económica (p.ex. do Plano de Ação Diversificar Algarve 2030) que enfrentam, entre outros, os seguintes **fatores críticos**:

- Dimensão crítica das procuras urbano-económicas atraíveis para os territórios de baixa densidade (fluxos turísticos e de lazer, dinâmicas de consumo de produtos tradicionais, procura de 2ª residência, ...);
- Incerteza relativa à vitalidade de regeneração do tecido empresarial (sucessão geracional, rejuvenescimento da iniciativa empreendedora, ...);
- Consolidação problemática da intervenção das ADL's nos territórios de baixa densidade face à base estreita do capital social existente;
- Dotação de competências nas vertentes da reconversão profissional e de captação de talentos.

Parte destes fatores críticos remetem para objetivos da 1ª fase do “Projeto Querença” de experimentação de uma abordagem inovadora de intervenção territorial em espaço rural, com resultados diretos na comunidade local, tanto a nível económico e social, como a nível ambiental. O Projeto demonstrou a importância do aprofundamento da ligação do meio qualificado/académico aos Territórios de Baixa Densidade, função do impacto criado pela atividade de uma equipa multidisciplinar de jovens licenciados, dinâmicos e criativos no aproveitamento e dinamização dos recursos endógenos de uma freguesia rural, assente em princípios de sustentabilidade.¹

1.2. Dinâmicas de inovação e competências relevantes para o Interior

Este breve ponto tem por finalidade sistematizar um conjunto de iniciativas que constituem outros tantos ativos dos territórios, também no sentido que trabalham na e/ou para a baixa densidade do Barrocal e da Serra algarvia. Ou seja, na ótica do “empowerment” dos projetos

¹ O desafio para a 2ª Fase do “Projeto Querença”(pós-2014), assentou no aprofundamento da iniciativa através da consolidação do trabalho de cooperação em rede tendo sido criada uma cooperativa de serviços e produtores (Cooperativa QRER- Desenvolvimento de Territórios de Baixa Densidade), que tem desenvolvido projetos locais de referência (Festival da Comida Esquecida, Walking Festival Ameixial, ...) -cf. qrer.eu.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

da futura Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve seria importante mobilizar (pelo exemplo, pelos recursos, pelas parcerias) estas expressões de capital de inovação e competência.

No domínio da **Educação e Formação**, a Escola Profissional Cândido Guerreiro de Alte tem desenvolvido oferta formativa, numa perspetiva de ligação à comunidade e de preparação ativa para integração no mercado de trabalho: técnicos auxiliares de Saúde, técnicos de Ação educativa, técnicos de Comércio, técnicos de Turismo e operadores de Informática; no próximo ano letivo, a EP de Alte acrescentará propostas formativas na área das Tecnologias.

No desenvolvimento da sua oferta formativa, a Escola tem dinamizado parcerias com a Administração Regional de Saúde, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Universidade do Algarve e o Instituto Politécnico de Beja.

No domínio das **atividades culturais e criativas**, várias iniciativas dinamizam equipamentos, atividades sediadas em diversas aldeias do Algarve, sendo de referir as seguintes:

- *Museu ZerO*, baseado em Sta. Catarina da Fonte do Bispo, que atua em três grandes áreas (Escolas, Polo Media Artes e Residências Artísticas), apoiando a Formação de públicos, a Criação artística (com destaque para a investigação e criação em arte digital), o Empreendedorismo (projetos inovadores em criação artística e serviços de suporte) e a Investigação (em colaboração com os principais centros de investigação em arte digital) - cf. museu0.pt O Museu tem sido apoiado por financiamentos PO CRESC Algarve 2020, POCTEP e TP.
- *Grupo Lavrar o Mar*, sediado em Aljezur e com iniciativas neste concelho e em Monchique nos domínios do Teatro, Dança e Novo Circo, com intensa programação e dinâmica induzida por artistas de referência que se fixaram no território prolongando as suas carreiras profissionais (financiamento Programa 365).
- *Projecto TASA -Técnicas Ancestrais Soluções Atuais*. A missão do TASA consiste em inovar o artesanato afirmando-o como uma profissão de futuro, apostando no design como uma via para elevar as artes tradicionais do Algarve, mantendo a sua utilidade e matriz cultural. O Projeto teve como promotor a CCDR Algarve, em 2010-2011, e beneficiou de financiamento do PO Algarve 21- cf. projectotasa.com.
- *Fundação Manuel Viegas Guerreiro*. Com sede em Querença, tem como fim contribuir e promover o desenvolvimento cultural, social e económico do Algarve, através de grandes eventos culturais e artísticos, e dinamizar e promover a investigação, com particular relevo para as áreas de natureza social, cultural e ambiental - cf. fundacao-mvg.pt.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

No domínio de **dinamização do património**, salienta-se o trabalho do Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela (Santa Marta, Cacela), instalado numa antiga escola primária, funcionando com um grupo de técnicos da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, e que dinamiza as atividades locais e mobiliza a população para integrar essas atividades. Trata-se apenas de um exemplo que pode, todavia, inspirar intervenções de base municipal para a refuncionalização de antigos equipamentos em vista da criação de espaços multifuncionais abertos e orientados para a dinamização de atividades locais e criação de centros interpretativos orientados para a valorização de recursos e produtos locais.

No domínio da **inovação produtiva**, com incidência territorial, destacam-se importantes projetos que tiveram intervenção do Departamento de Engenharia Alimentar da Universidade do Algarve, em experiências interessantes no âmbito dos produtos alimentares: bebidas espirituosas (Monchique), chocolates de alfarroba (Carob World, em Faro) e barras energéticas (BEQ - Barra Energética de Querença), um dos resultados do Projeto Querença².

As parcerias com a Universidade do Algarve afiguram-se fundamentais para facilitar a transferência de conhecimento orientada para o aproveitamento e valorização dos produtos locais e poderão beneficiar das dinâmicas induzidas pelo Projeto Algarve Tec Hub (<https://algarvetechhub.com/>).

A Algarve Tech Hub é uma marca criada pela UAlg, licenciada à Algarve STP e à Algarve Evolution, com o objetivo de “representar e desenvolver o ecossistema tecnológico regional como um hub tecnológico global, competitivo e atrativo”.

A sua missão consiste na criação de uma dinâmica de cooperação no âmbito do ecossistema tecnológico capaz de agregar empresas, instituições e pessoas na consolidação de know how nas áreas tecnológicas estratégicas para a região, nomeadamente Hospitality Tech, Ocean Tech, Agro Tech, Health Tech e Energy Tech, com o objetivo de criar um ecossistema competitivo à escala global, capaz de posicionar o Algarve enquanto Tech Hub Lifestyle de referência mundial. Em abril de 2022, foi assinado por 26 entidades da Região um *Memorando de Entendimento para a Algarve Tech Hub (ATH)* que se enquadra no âmbito da Estratégia Colaborativa Algarve Tech Hub 2020-2030, um “plano de ação desenhado para ser um motor de transformação capaz de posicionar o Algarve na linha da frente como região digital reconhecida e competitiva à escala global”.

² No passado recente têm aumentado as referências a exemplos de inovação ligada ao aproveitamento de recursos e produtos tradicionais do Interior algarvio. Esse é o caso da Alfarroba Tex, marca associada a uma aplicação têxtil que usa a alfarroba em substituição de couro animal, projeto de uma estilista de moda algarvia com formação em Itália e, entretanto, regressada a Silves.

1.3. Revitalização das Zonas Rurais - da Declaração de Cork 2.0 à Iniciativa das Aldeias Inteligentes

A Declaração de Cork 2.0 - “Uma vida melhor nas Zonas Rurais” (2016) estabeleceu um conjunto de orientações políticas em prol de uma política rural e agrícola inovadora, entre as quais se destacam as seguintes (cf. elementos de detalhe constantes do *Relatório de Progresso da Consultoria para a Criação da Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve*): (i) Promover a prosperidade rural; (ii) Fortalecer as cadeias de valor rurais; (iii) Apoiar iniciativas auto-suficientes que promovam uma agricultura e uma economia rural competitivas e diversificadas; (iv) Impulsionar o conhecimento e a inovação; (v) Reforçar a governação Rural; e (vi) Dinamizar a aplicação e a simplificação das políticas.

Este conjunto coeso de orientações políticas tem vindo a inspirar várias iniciativas e planos de ação da Comissão Europeia, valorizando as dimensões de inovação (incluindo a inovação social) empreendedorismo e emprego, da articulação urbano-rural, do desenvolvimento das zonas rurais e urbanas e da ultrapassagem das disparidades digitais que penalizam as zonas rurais.

A **Iniciativa da Comissão Europeia sobre a Ação da União Europeia para as Aldeias Inteligentes**, lançada em 2018, constitui um quadro de referência promissor para a Revitalização das Zonas rurais e motivou importantes Pareceres do Comité das Regiões e do Comité Económico e Social cujas Conclusões e Recomendações se afigura de grande utilidade sistematizar, na ótica da viabilidade de **Criação de uma Rede de Aldeias Inteligentes na Região do Algarve**.

Finalidade da Iniciativa Aldeias Inteligentes da Comissão Europeia- Renovação e desenvolvimento sustentável das zonas rurais.

Ponto de partida: Proporção crescente de novos residentes (nacionais e estrangeiros), com novas expectativas de atividades profissionais, mas com profundos interesses na genuinidade e características próprias das zonas de baixa densidade; Existência de oportunidades únicas de estímulo a novas profissões; Garantia de existência de equipamentos, infraestruturas e serviços, adequados a todos (residentes e novos residentes).

Apostas estratégicas: Atrair para fixar; Qualificar, modernizando através da transformação digital, toda a cadeia de ofertas e serviços públicos; Deslocalizar para estes territórios, atividades e serviços de maior valor acrescentado, e minimizar o nível de simples prestações de serviços.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

Mediante a capacitação dos agentes de mudança e dos atores dessa mudança; a estruturação e organização das ofertas de serviços públicos de suporte; a atração dos principais atores/clientes-alvo desta mudança; e a oferta de melhores serviços, públicos ou privados, de suporte.

Os Pareceres recomendam que, em cada subterritório, se tenha em conta um conjunto de requisitos/orientações genéricas:

- a dotação de recursos materiais e imateriais;
- as atividades e pessoas que poderão ser os principais agentes da mudança, procurando atrair especialmente população jovem e estimulando e apoiando o aparecimento de novas profissões;
- o estímulo e favorecimento do trabalho em rede nas aldeias e territórios de influência, pequenos em comparação com os médios e grandes centros;
- a seletividade na oferta de serviços públicos- devem ter boa qualidade.

Na ótica da **estruturação de intervenções para as Aldeias Inteligentes**, os Pareceres recomendam:

- Adoção de uma abordagem transversal na conceção e promoção da Iniciativa;
- Consolidação dos vários instrumentos da União Europeia de base local;
- Melhor coordenação e sinergias entra a política da União Europeia pertinente e as fontes de financiamento, através de uma política integrada e de um instrumento de apoio às Aldeias inteligentes;
- Estreita coordenação a todos os níveis de governação, definindo soluções de abordagem ascendente e de base local - papel fundamental dos órgãos de poder local e regional na aplicação do quadro estratégico;
- Atenção especial à superação do “fosso digital” (infraestruturas de banda larga - condição prévia indispensável para a competitividade e o crescimento económico das zonas rurais), aos desafios críticos relacionados com os transportes e a conectividade energética;
- Oferta de formação sobre a utilização de tecnologias digitais (direito à literacia digital, com acesso a formação, indispensável para o desempenho de tarefas básicas, no novo contexto digital);
- Considerar os agricultores e o setor agrícola como grupo prioritário para a formação digital (*e-learning*).

Os Pareceres estimulam uma **abordagem alargada do desenvolvimento e da inovação** que deve compreender as seguintes dimensões:

- uma economia inteligente, inovadora, empreendedora e produtiva;

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

- uma maior mobilidade, com redes de transportes acessíveis e sustentáveis;
- uma visão de ambiente e energia sustentável;
- cidadãos qualificados e empenhados;
- qualidade de vida (cultura, saúde, segurança e educação);
- uma administração eficaz, transparente e ambiciosa.

Na elaboração da Iniciativa para as Aldeias inteligentes da CE, os referidos Pareceres destacam que a conectividade e “as **redes de transportes sustentáveis** são tão fundamentais como a melhoria de conectividade digital”, em vista dos desafios específicos que as Zonas rurais enfrentam (dispersão da população, custos mais elevados de deslocação, ...).

Finalmente, os Pareceres referem a existência de oportunidades económicas, sociais e ambientais que advêm da **produção de energia** (tanto eletricidade como calor) **a nível local** e as sinergias que, neste contexto, poderão ser criadas com o desenvolvimento regional e rural através 2º Pilar da PAC (papel da energia eólica e solar, da biomassa e do biogás para a produção de eletricidade, bem como o papel da biomassa, p. ex., madeira e/ou do biogás para o aquecimento local)

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO
DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-**

2. QUADRO DE REFERÊNCIA DE OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO

No horizonte 2030, os instrumentos de programação que estão a ser preparados desenvolvem as prioridades da Política de Coesão, nomeadamente em Domínios de intervenção que cruzam as temáticas da Diversificação económica e a Valorização do interior, significativamente relevantes para a Região do Algarve.

Entre esses instrumentos de programação, salientam-se os seguintes: (i) **Plano de Ação Diversificar Algarve 2030** que traça uma identificação muito aproximada para o enquadramento operativo da *Valorização dos Ativos Territoriais de Baixa Densidade* (Tipologia de Ações, relação com objetivos Específicos do PO Regional e Domínios de intervenção da programação); e (ii) Proposta de ITI (Investimentos Territoriais Integrados) **Água e Ecossistemas de Paisagem** - iniciativa conjunta Algarve/Alentejo- , uma vez que boa parte das aldeias/vilas do Algarve se situa em território abrangido por este ITI.

➤ Plano de Ação Diversificar Algarve 2030

A problemática da valorização do Interior está presente no campo de objetivos do **Plano de Ação Diversificar Algarve 2030** que tem por finalidade **acelerar o processo de diversificação da base económica, robustecendo os atores e ativos regionais**, tornando-os mais resilientes e aptos para responder a choques externos.

Em concreto, o Plano de Ação identifica, no conjunto de Áreas de Intervenção, a **Valorização dos Ativos Territoriais da Baixa Densidade** apresentada na tabela seguinte numa síntese compreensiva que estabelece uma forte interação com a perspetiva de criação de uma Rede de Aldeias Inteligentes.

Com efeito, no Enquadramento da Área de Intervenção, refere-se o contributo para a “diversificação territorial da economia regional, através da promoção dos recursos endógenos dos territórios mais desfavorecidos, reduzindo as assimetrias socioeconómicas regionais, apoiando investimento público associado às temáticas rurais e aos territórios de Baixa Densidade” e a “concretização da plena conectividade (5G) nas áreas rurais e de baixa densidade, tornando-as atrativas a investimento e capazes de fixar profissionais qualificados”.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-

Plano de Ação Diversificar Algarve 2030 Valorização dos Ativos da Baixa Densidade

Tipologia de Ações	Relação com o PO Regional Algarve 2021-2027
<p>OP1:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio à melhoria da conectividade (5G) nas áreas rurais e de baixa densidade. <p>OP2:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de comunidades energéticas, aumentando a utilização de energias renováveis. <p>OP 4:</p> <ul style="list-style-type: none"> • TeSP - Cursos Técnico Superior Profissionais. <p>OP5:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de valorização económica de recursos endógenos materiais e imateriais de cariz eminentemente público, dando suporte às iniciativas geradas em contexto de parcerias locais (envolvendo entidades públicas, associativas e privadas) e em estratégias de desenvolvimento que apostem no reforço e diversificação da base económica dos territórios rurais de Baixa Densidade, através do reforço da sua atratividade, da valorização dos seus recursos diferenciadores, particularmente o património natural e cultural e os produtos de qualidade. • Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, numa lógica de recriação de produtos endógeno, criação de novos produtos, design e marketing inovador para produtos locais (ex. TASA, Rota Vicentina, Rota Algarviana, Puro Algarve, etc.) e aproveitamento da forte marca identitária associada à Dieta Mediterrânica; • Intervenções integradas de requalificação dos espaços e investimentos âncora ligados aos recursos endógenos; • Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos (por ex. Certificação e denominação de origem, aposta em novos canais de distribuição, promoção da dieta mediterrânea, etc.); • Desenvolvimento de atividades associadas ao território, através de equipamentos diferenciadores e de projetos estruturantes dando continuidade às intervenções em curso: Rota serrana de Auto Caravanismo; Requalificação, gestão e dinamização dos mercados municipais; e READY - recursos endógenos e desenvolvimento do turismo ativo. <p>Na tipologia de ações desta Área de Intervenção (Valorização dos Ativos Territoriais da Baixa Densidade), surge referenciada a Rede de Aldeias Inteligentes tendo por objetivo a Criação de programas de intervenção integrados em Aldeias, montando iniciativas inovadoras com recurso a novas tecnologias (rede de aldeias inteligentes), de valorização dos ativos culturais e naturais envolventes, nos princípios da sustentabilidade, sensibilização para a preservação dos ecossistemas e resiliência às alterações climáticas, tendo como objetivo a atração de novos residentes e a criação de empregos verdes.</p>	<p>Objetivos específicos</p> <p>OP1: 1.5. Promover a conectividade digital</p> <p>OP2: 2.1. Promover a eficiência energética e redução das emissões de gases de efeito estufa 2.2 Promover as energias renováveis 2.7 Reforçar a proteção da natureza e a biodiversidade, as infraestruturas verdes e reduzir a poluição 2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável</p> <p>OP4: 4.f) Promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação ...</p> <p>OP5: 5.2 Promover, nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança</p> <hr/> <p>Domínios de intervenção</p> <p>OP1: 032 - TIC</p> <p>OP2: 046 - Apoio às entidades que prestam serviços que contribuem para a economia hipocarbónica e para a resiliência às alterações climáticas, incluindo medidas de sensibilização 053 - Sistemas energéticos inteligentes (incluindo redes inteligentes e sistemas de TIC) e respetivo armazenamento 079 - Proteção da natureza e da biodiversidade, património e recursos naturais, infraestruturas verdes e azuis 083 - Infraestruturas cicláveis</p> <p>OP4: 150 - Apoio ao Ensino superior</p> <p>OP5 165 - Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos de turismo públicos e serviços públicos 166 - Proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e dos serviços culturais 165 - Proteção, desenvolvimento e promoção do património natural e do ecoturismo (com exceção da Rede Natura 2000).</p>

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

➤ ITI Água e Ecossistemas de Paisagem (Algarve-Alentejo)

O ITI Água e Ecossistemas de Paisagem (em curso de preparação pelas CCDR do Algarve e do Alentejo), deverá “contribuir para promover e atrair investimento inovador e demonstrador, coincidente com as especificidades e as atividades predominantes nos territórios abrangidos, valorizando e densificando as cadeias de valor dos recursos e/ou produtos locais.

Em termos territoriais, e no Algarve, este ITI deverá abranger, *lato sensu*, os territórios do Barrocal e da Serra Algarvia relativamente aos quais deverão ser equacionadas intervenções prioritárias de Valorização do Interior e a criação de Aldeias Inteligentes.

A abordagem deste ITI pretende integrar num quadro de financiamento plurifundos a proporcionar pelo PO Algarve 2030 (OP5, mobilizando em simultâneo Objetivos Específicos dos OP1, 2 e 4, em âmbito e condições específicas a identificar), pelo PE PAC 2021-2027 (Eixos Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial Integrada) e pelo POCTEP Espanha-Portugal 2021-2027, com prioridades relevantes de cooperação orientadas para:

- (i) melhorar a competitividade empresarial, consolidar o ecossistema científico e tecnológico, e fomentar a digitalização; e
- (ii) maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos do território e o desenvolvimento de setores-chave da especialização inteligente.

A proposta compreende um conjunto de áreas temáticas de intervenção, na interface Ecossistemas terrestres e ambiente/Recursos hídricos/Pessoas e território, que converge significativamente com este Domínio de intervenção da Rede de Aldeias Inteligentes, num contexto territorial que se sobrepõe de forma muito acentuada. Assim, tem especial alinhamento e interesse considerar intervenções que poderão integrar candidaturas de aldeias à Rede de modo a potenciar os respetivos Planos de Ação neste Domínio:

- Construção de infraestruturas de proteção ambiental;
- Promoção do desenvolvimento sustentável e gestão eficiente dos recursos naturais;
- Melhoria da gestão da água na origem;
- Incentivo a boas práticas de pastoreio e criação de animais;
- Conservação da natureza e biodiversidade e criação de corredores ecológicos;
- Programa "Territórios de Água", utilização de água e coesão territorial;
- Programa do Turismo de natureza;
- Programa de Valorização de Circuitos curtos agroalimentares;
- Incubação empresarial e empreendedora baseada nos ativos do território;
- Condomínio de Aldeia.

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO
DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-**

3. CRIAÇÃO DA REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES DO ALGARVE

3.1 Estruturação de objetivos e racional de intervenção da Rede

(a) Quadro de Objetivos

A identificação das Redes de Aldeias Inteligentes do Algarve, contempla objetivos de natureza temática e de política que visem a melhoria da competitividade e sustentabilidade dos territórios (na relação com as políticas públicas comunitárias - política de coesão e de desenvolvimento rural):

- ✓ Aproveitamento de oportunidades de valorização económica e criação de valor acrescentado local proporcionadas pela digitalização dos territórios (dotação tecnológica - infraestruturas, “hardware”, “soft ware” e serviços digitais);
- ✓ Fomento do desenvolvimento das Zonas do Interior (Valorização do Interior) nos domínios económico, social, ambiental e do património cultural e natural, do Barrocal e da Serra Algarvia;
- ✓ Aposta em novos processos colaborativos e de envolvimento das comunidades residentes, robustecidas pela atração de novos residentes (mais jovens e menos jovens, qualificados e ativos com potencial de iniciativa);
- ✓ Dinamização de complementaridades de intervenção territorial e de financiamento no quadro de um novo ciclo de prioridades da política de Coesão;
- ✓ Valorização de experiências regionais anteriores, com base em lições extraídas pelos atores da Rede, nomeadamente em termos de focagem estratégica, quadro de alianças e condições de operacionalização.

Esta matriz de objetivos específicos e operacionais, associada a Domínios de intervenção e tipologias de Projetos, vai ser apresentada em detalhe no Ponto 3.2 (Fichas).

Esta é uma abordagem com componentes-objetivo exigentes, ao nível das parcerias de projeto, da cooperação institucional e da governação, a ponderar à luz de experiências regionais e outras que podem fornecer ensinamentos úteis para adotar soluções mais eficazes e eficientes. O “benchmarking” de experiências anteriores e em curso, também noutros contextos territoriais (nacionais e estrangeiros), afigura-se importante especialmente as “aproximações” regionais (Programa das Aldeias, Querença, PADRE, LEADER,...) com vista a sinalizar, em antecipação, fatores críticos, dimensões-problema, condições favorecedoras de concretização de objetivos e resultados.

As dinâmicas de iniciativa e de proposta por parte das Aldeias que se candidatem a integrar a Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve deverão compor um perfil de intervenção e

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

investimento que, p. ex., ao reforçar a dotação de infraestruturas digitais e de serviços telemáticos, venha a criar condições para a provisão/acesso a serviços de interesse geral, componentes-base para fazer escolhas nos demais Domínios de intervenção favorecendo iniciativas inovadoras e diferenciadoras, em função dos recursos, vocação e identidade das diferentes Aldeias.

(b) Elementos de diagnóstico do território - desafios e oportunidades

Os elementos de síntese constantes do Ponto 1 merecem análise e reconsideração crítica por parte dos territórios que vierem a candidatar-se a integrar a Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve, sobretudo, adensando os respetivos argumentos dentro da malha de critérios a ponderar (vitalidade demográfica, dotação de recursos naturais, e produtivos, património cultural e identidade/capital simbólico, capital social, etc.).

Esta bateria de argumentos/critérios deve, sobretudo, balancear trajetórias (de perda e de mudança) em matérias que remetem para a capacidade de iniciativa e o potencial de ajustamento dinâmico a novas tendências de funcionamento dos mercados de trabalho, da organização aos modos de vida e das formas de ocupação (equilíbrio entre trabalho e lazer) das relações urbano-rurais, dos hábitos de consumo e das formas de comércio (comércio digital, revitalização dos mercados municipais, ...), etc.

Os Resultados Provisórios dos Censos 2021 revelaram: crescimento da população residente, em contra-ciclo com outras NUT II; disparidades territoriais em freguesias rurais que têm beneficiado de investimentos das políticas públicas (entre evoluções demográficas de sentido positivo e negativo); capacidade de atração/retenção de estrangeiros idosos ativos, de jovens qualificados e residência de nómadas digitais por longos períodos, valorizando amenidades urbano-ambientais potenciadas por várias intervenções programáticas de prioridades da política de coesão.

Ao longo das duas últimas décadas vários territórios do Interior e da Serra Algarvia foram, entretanto, confrontados com o agravamento de um ciclo longo de declínio económico-produtivo fruto dos efeitos dos fogos rurais, da desertificação física, do despovoamento humano e da escassez de recursos hídricos que tem atingido esses mesmos territórios.

Todavia, vários documentos de diagnóstico e prospetiva recentes e instrumentos de programação e planeamento em preparação para suporte a um novo ciclo das políticas de coesão e desenvolvimento rural enfatizam a relevância dos recursos e das oportunidades em presença, nomeadamente à luz de prioridades estabelecidas no Acordo de Parceria Portugal 2030 e em documentos referenciais estratégicos das políticas europeias [Agenda Territorial 2030, Estratégia de Biodiversidade da UE, 2030, Pacto Ecológico Europeu, Pacto Europeu

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

para o Clima, Pilar Europeu dos Direitos Sociais, Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PAC), Plano de Ação para as Zonas Rurais da UE - Pacto/Rural, etc.].

Estes documentos referenciais estratégicos estão, aliás, presentes e inspiram o recorte de Domínios de intervenção e tipologias de projetos identificados nas Fichas apresentadas no Ponto 3.2 deste Capítulo.

As manifestações de interesse e as futuras candidaturas a integrar a Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve devem ter por suporte uma fundamentação sólida que tenha presente uma avaliação realista dos recursos e das potencialidade efetivamente disponíveis e atraíveis pelos territórios no horizonte de referência para a estruturação e a consolidação da Rede.

(c) Racional de intervenção

A ideia de “tirar partido das oportunidades suscitadas pelas transições ecológica e digital da União Europeia” (também dos ensinamentos extraídos da pandemia Covid-19) identificando intervenções e projetos, bem como meios, para “melhorar a qualidade de vida das Zonas rurais, equilibrar o desenvolvimento territorial e estimular o crescimento económico”(assim formulada na “Visão a longo prazo para as Zonas rurais da União Europeia: mais fortes, ligadas, resilientes e prósperas” - CE, junho de 2021), constitui um referencial/fonte inspiradora para o desenho a Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve.

Esta perspectiva ecoa, sob diversas abordagens, nos Pareceres dos Comités das Regiões e Económico e Social Europeu (referidos no Capítulo 2) e em Documentos regionais (refira-se, por todos: a Estratégia Algarve 2030 e o Contributo da AMAL para essa Estratégia Regional).

Paralelamente, teve-se em consideração o *Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade* (CCRALgarve, 2000), que apontava para três programas direcionais para temáticas muito específicas apontando caminhos e projetos a ser alvo de apoios ao investimento:

- ✓ *Programa Prestigio*, enquadrando projetos estruturantes para o desenvolvimento do interior e a Serra (apoio à comercialização de produtos locais, Centro Oceanográfico de Sagres e Bioparque de Monchique);
- ✓ *Programa Prolocal* - intervenção integrada para o Desenvolvimento e diversificação económica no Interior do Algarve (projetos e iniciativas de Revitalização das Aldeias do Algarve - Redes temáticas e funcionais e projetos de reabilitação urbana); e
- ✓ *Programa Sofia* - apoio ao surgimento e desenvolvimento de redes de inovação e conhecimento (ações Centros de Conhecimento e Planos de Formação).

Trata-se de intervenções que apoiaram projetos geradores de investimentos e resultados e evidenciaram limitações/constrangimentos de continuidade e nas dinâmicas de mudança que foram sistematizados naquele Ponto e devem ser acautelados em novas intervenções.

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO
DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-**

Com base nesses referenciais de enquadramento e inspiração em experiências anteriores, sob iniciativa e dinamização da CCDR Algarve, desenha-se um **racional de intervenção** para a criação da Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve, sistematizado nas entradas seguintes.

↳ ***Enquadramento no âmbito das atuações de política pública para relançar no Algarve o binómio Valorização do Interior/Diversificação da Economia***

Este é o “leitmotiv” constante do *Plano de Ação Diversificar Algarve 2030*, designadamente na Área de Intervenção “Valorização dos Ativos Territoriais da Baixa Densidade”, apresentada no Capítulo 2 nas vertentes Tipologia de Ações e Objetivos específicos e Domínios de Intervenção (na relação com o PORegional Algarve 2021-2027).

Na tipologia de ações desta Área de Intervenção, surge referenciada a Rede de Aldeias Inteligentes tendo por objetivo a “Criação de programas de intervenção integrados em Aldeias, montando iniciativas inovadoras com recurso a novas tecnologias (rede de aldeias inteligentes), de valorização dos ativos culturais e naturais envolventes, nos princípios da sustentabilidade, na sensibilização para a preservação dos ecossistemas e na resiliência às alterações climáticas, tendo como objetivo a atração de novos residentes e a criação de empregos verdes”.

Ainda em termos de enquadramento do Racional de intervenção tem-se em vista, estimular iniciativas e projetos que traduzam o estímulo ao aproveitamento de oportunidades que, na relação ativa com a Valorização do Interior, enriqueçam os Domínios de intervenção da Rede (p.ex. Dieta mediterrânica, inovação produtiva territorial, comunidades energéticas, viveiros de empresas, empreendedorismo social e economia grisalha).

↳ ***Infraestruturas de conectividade digital de Banda larga na baixa densidade***

O Projeto de Acordo de Parceria Portugal 2030, apresentado à Comissão Europeia no início de Abril, refere explicitamente que no campo da conectividade digital (OE 1.5) o compromisso de “amplificação da rede de infraestruturas de conectividade digital de banda larga em territórios de baixa densidade não abrangidos pelas dinâmicas de mercado, em linha com os objetivos definidos no Plano Nacional de Banda Larga”. Ao nível dos principais objetivos a atingir é apontado “o número de alojamentos em zonas de baixa densidade servidos por redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada (Gigabit)”.

Trata-se de compromissos macro territorialmente inscritos que devem ser sequenciados por atuações de iniciativa autárquica e de outros agentes dos territórios de baixa densidade mais afetados pela penúria digital (cf. “Mapa de Áreas sem cobertura de Redes de Elevada Capacidade”, ANACOM, 2021).

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

Na perspetiva da competitividade territorial, “a digitalização dos territórios, que a convergência das redes 4G e 5G permite, pode torná-los lugares de destino de atividades económicas, artísticas, desportivas, culturais e científicas e objeto de inúmeros movimentos pendulares de visitantes que buscam essas atividades e infraestruturas (incubadoras tecnológicas, start up, espaços de coworking, projetos de investigação e cooperação internacional, jornadas científicas, residências artísticas e semanas culturais, percursos de natureza e desportos radicais, observação de endemismos locais de fauna e flora e, obviamente, a visitação turística (António Covas, “Topoligamia digital e geografia sentimental”, in *Observador*, 03 de abril de 2022).

↳ ***Acesso a Serviços de Interesse Geral (“Digitalização da Provisão”)***

A Estratégia Regional identifica estrangulamentos ao nível dos Serviços de Interesse Geral (SIG), pela insatisfatória cobertura que estabelece também um desafio para a competitividade territorial, na atração e fixação de novos residentes.

No PNPOT é defendida a “implementação de políticas que garantam equidade territorial no acesso aos serviços, considerando as complementaridades potenciadas pelo sistema urbano. As diferentes soluções de acessibilidade (física e digital) e de mobilidade (deslocação das pessoas aos serviços ou dos serviços às pessoas; e transporte a pedido) devem procurar garantir aos diversos segmentos-alvo o acesso às funções típicas de aglomeração urbana”.

Os SIG assumem assim, na narrativa da Estratégia, um papel relevante que se propõe ser parte da requalificação dos aglomerados urbanos, enquanto desafio do modelo territorial e em resposta à melhoria do acesso a serviços prestados de qualidade, incluindo as dimensões de digitalização e o reforço das abordagens inovadoras, seja nessa provisão e acesso, seja na preparação das populações e comunidades para um pleno usufruto.

Esse papel deve estar presente nos exercícios de transposição de programas de natureza setorial e especial (ex. ordenamento florestal, agricultura/alimentação de proximidade, conservação da natureza); no estudo e esquematização de soluções no âmbito de abordagens de sustentabilidade (ex. mobilidade sustentável, economia circular, adaptação climática, estruturas ecológicas, riscos e soluções de base natural); e na organização da prestação de diversos SIG.

Acrescem as novas competências nos domínios dos equipamentos (saúde, educação, ...) que o processo de descentralização remeteu para os Municípios e que, uma vez dotados de meios adequados à qualificação dos serviços públicos, poderão renovar os argumentos territoriais em matéria de condições de vida e atratividade para crianças, jovens, ativos e famílias.

↳ ***Indústrias Culturais e Criativas- Condições de suporte e incentivo***

A *Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030* reflete um conjunto coeso de preocupações ao nível do património e cultura (“preservação da memória coletiva, por via da salvaguarda, proteção, valorização, interpretação e fruição dos valores patrimoniais de índole natural ou construídos, materiais ou imateriais; reforço da identidade e sustentabilidade regional integrada e da atratividade do Algarve; promoção e programação cultural diversificada e de qualidade; criação e formação de públicos; e criação artística de base local, contribuindo também para a valorização da identidade, dos recursos e dos profissionais do setor”).

De acordo com a Estratégia, “os recursos patrimoniais e culturais, aliados aos recursos endógenos e às especificidades turísticas da região podem potenciar o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, suportado pelo conhecimento produzido na Universidade do Algarve e pelo crescente tecido empresarial focado nestas áreas”.

O reconhecimento da existência de recursos e potencialidades das indústrias culturais e criativas tem no Algarve condições para evoluir segundo um conceito de Ecosistema Cultural e Criativo valorizando as ligações com outros domínios de intervenção, na relação com os quais, e com instrumentos próprios poderá potenciar transformações e contribuir para gerar valor, ao nível da agenda urbana, da inclusão social, da igualdade de oportunidades, e dos desafios das transições sustentáveis.

O desenvolvimento de serviços que transmitam competências e soluções tecnológicas aplicadas à criatividade e contribuam para estruturar uma cadeia de valor de atividades culturais e criativas, com capacitação (técnica e humana) das organizações culturais e criativas do Algarve (coletividades, associações, grupos de criação artística, espaços de vivência cultural participada, etc.), tem vantagem em posicionar-se como elo forte de um tecido de relações em rede (produtores, consumidores,...) entre as procuras urbanas e a baixa densidade, tendo por suporte atividades que venham a constituir uma base vital para as indústrias culturais e criativas da região e para um ecossistema de inovação e de suporte/impulso à economia turística.

↳ ***Mobilidade e transportes***

A AMAL tomou a iniciativa de elaborar PAMUS’s para o Centro Algarvio, o Barlavento e o Sotavento do Algarve que evoluíram para o instrumento orientador *VAMUS - Mobilidade Urbana Sustentável no Algarve*. As propostas de intervenção setoriais territorializadas deste Plano contemplam Medidas com incidência nos territórios de baixa densidade:

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

- Melhorar a oferta intra e inter concelhias;
- Implementar transportes flexíveis para servir as zonas com baixa densidade de procura e criação de uma plataforma de gestão da oferta;
- Construir as ligações rodoviárias que contribuam para a melhoria das acessibilidades;
- Efetuar a manutenção da rede rodoviária municipal.

No âmbito da concessão do serviço de transporte rodoviário de passageiros, após a transferência da gestão deste serviço para as entidades públicas (municípios e comunidades intermunicipais), a AMAL negociou a implementação de um sistema de transporte a pedido para os locais com mais de 40 habitantes que não dispõem deste serviço regular.

Estas referências da esfera do planeamento e gestão da Mobilidade e Transportes, são especialmente relevantes pelos constrangimentos com que deparam as pessoas e os agentes económicos residentes que têm atividade nos territórios de baixa densidade: no acesso aos estabelecimentos escolares e às unidades de saúde; na frequência de ações de formação, com limitações regulamentares à organização destas; e na comercialização de produtos e abastecimento de fatores de produção.

As iniciativas de melhoria ao nível da mobilidade e transportes constituem uma variável-chave na atratividade global das Aldeias e também para que estas possam concretizar as suas potencialidades. Todavia, importa promover uma adequada conciliação entre a oferta pública de transportes e as respostas privadas existentes nestes territórios³.

↳ *Desenvolvimento sustentável (Gestão da Paisagem, Sustentabilidade no uso de recursos naturais e solos)*

A sustentabilidade é uma dimensão relevante na arquitetura da Estratégia Regional Algarve 2030 e tem mobilizado vários Objetivos Específicos do OP2 (Algarve Mais verde e com menos carbono), com correspondente expressão na dotação financeira do futuro PO Regional cujo Projeto refere, entre os principais desafios, “a gestão dos recursos hídricos” (em linha com o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve) e as “atuções preventiva e mitigadora dos impactos inerentes às alterações climáticas. O OP 2 contempla propostas de gestão da biodiversidade e de valorização das áreas protegidas, a par da adaptação dos territórios e comunidades face aos efeitos crescentes das alterações climáticas.

³ Em Alcoutim, a criação de transporte público originou a liquidação dos operadores privados (táxis).

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

Em idêntico sentido, importa relevar o Programa de Transformação da Paisagem que configura uma “estratégia para os territórios vulneráveis da floresta com elevada perigosidade de incêndio”. A Estratégia deste Programa assenta numa Visão que interpela a Rede das Aldeias Inteligentes do Algarve, em parte territórios da floresta que devem dar corpo a “uma nova economia dos territórios rurais de baixa densidade; que valoriza o capital natural e a aptidão dos solos; que promove a resiliência do território e que assegura maiores rendimentos, através de processos participados e colaborativos de base local e da capacitação de atores e instituições,..., incentivando os produtores a melhorar a gestão das suas explorações e a desenhar a paisagem desejável para dar resposta aos desafios das alterações climáticas”.

A frequência na ocorrência de incêndios no Barrocal e Serra algarvia justifica, igualmente, contemplar nos Planos de Ação de algumas Aldeias medidas e ações específicas para os incêndios rurais na esfera da adaptação às alterações climáticas tornando as Aldeias mais atrativas, nomeadamente, do ponto de vista da segurança e risco, mas também da mobilização do potencial económico dos recursos endógenos via atividades da economia circular e bioeconomia sustentável (cf. PRA-Algarve, SGIFR).

↳ ***Desenvolvimento sustentável (Economia de Baixo carbono, Economia Circular e Energia)***

Na ótica da **descarbonização da economia**, as perspetivas constantes da Estratégia Regional Algarve 2030, acolhem orientações do Plano Nacional Energia-Clima, 2030, nomeadamente num conjunto de objetivos especialmente prioritários para os territórios de baixa densidade do Algarve: (i) Descarbonizar a Economia Regional (Reduzir emissões nacionais de gases com efeito de estufa (GEE) nos setores da energia e agroindústria, mobilidade e transportes, agricultura, florestas e resíduos; (ii) Reforçar a aposta nas Energias Renováveis e reduzir a dependência energética (Reforçar a diversificação de fontes de energia através de uma utilização crescente e sustentável de recursos endógenos); (iii) Promover uma Agricultura Sustentável e potenciar o sequestro do Carbono (Reduzir a intensidade carbónica das práticas agrícolas e promover uma gestão agroflorestal eficaz contribuindo para aumentar a capacidade de sumidouro natural).

Na ótica da **Economia circular**, as propostas da *Agenda Regional da Economia Circular do Algarve*, a dinamizar no campo de intervenção dos Municípios e outros agentes do território, contemplam Linhas de Ação de base infraestrutural e económica, com relevância para as Aldeias, nomeadamente: aumentar infraestruturas para recolha de resíduos em meio

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

urbano: ecopontos e ecocentros; desenvolver programas de incentivos a nível regional para a adaptação dos modelos de negócio/empresas regionais à EC e para a criação de novos produtos com base em resíduos e desperdícios; e renegociar fundos públicos para reformulação das redes de abastecimento de água e de aproveitamento das águas recicladas).

Na ótica da **Energia**, existe conhecimento regional que pode potenciar experiências no campo das soluções digitais para o setor, nomeadamente através da instalação de centrais de produção de energia fotovoltaica e de Comunidades de Energia que permitirão usufruir de energia local, limpa e descarbonizada (cf. iniciativas do “Projeto 100 Aldeias” que tem como objetivo “combater a pobreza energética, através da criação de comunidades locais de energia renovável e da promoção de boas práticas energéticas junto dessas mesmas comunidades”). Em idêntico sentido, as experiências “smart grid” em comunidades auto-suficientes, mostram caminhos para uma utilização ativa e inteligente da dotação financeira do PO Regional orientada para a melhoria da conectividade digital.

↳ *Fomento de atividades das empresas e dos empresários rurais*

O Pacto Rural e o Plano de Ação para Zonas Rurais, iniciativas recentes (2021) da Comissão Europeia identificam quatro ideias-chave/domínios de ação que traduzem bem a filosofia de intervenção que deve inspirar a estruturação ambiciosa da Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve, combinando competências e iniciativas inovadoras; atividades, empregos e formas de ocupação, conectividades e organização resiliente:

- **Mais fortes** - objetivo centrado no “empowerment” das comunidades rurais, no acesso a serviços e na dinamização da inovação social;
- **Ligadas** - objetivo orientado para a melhoria de conectividade, tanto em termos de transportes como de acesso digital;
- **Resilientes** - objetivo visando a conservação dos recursos naturais e uma agricultura ecológica, para contrariar as alterações climáticas e favorecer a resiliência social, mediante a oferta de cursos de formação e de diversas oportunidades de emprego de qualidade; e
- **Prósperas** - objetivo norteado pela diversificação das atividades económicas e pela melhoria do valor acrescentado da agricultura, das atividades agroalimentares e do agroturismo.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

Neste Domínio de intervenção, importa ter presente as **Linhas de força e ação** que, no horizonte 2030, a AMAL (na articulação entre Municípios e outros agentes do território) considera poderem contribuir de forma determinante para *diversificar e robustecer a economia algarvia*, designadamente no âmbito da *Valorização do Interior*:

- ✓ Consolidação de interfaces institucionais, abrangendo (em parceria) infraestruturas e equipamentos indispensáveis para melhorar as condições de incubação de ideias de negócio e iniciativas de empreendedorismo de base tecnológica na Região;
- ✓ Consolidação do contributo da Universidade do Algarve, através dos seus Centros de Investigação, do CRIA e da Algarve STP⁴, numa ótica de inovação territorial e de ligação aos Municípios e às Empresas nos domínios prioritários da EREI Algarve;
- ✓ Conceção de instrumentos de intervenção temática e territorial específicos tendo por suporte parcerias institucionais e de projeto, para enquadrar intervenções nos territórios de baixa densidade, procurando ampliar os recursos técnicos (gestão, animação, ...) e as dotações financeiras dos instrumentos de promoção do empreendedorismo;
- ✓ Qualificação e dinamização das infraestruturas locais de acolhimento de empresas, abrangendo novas procuras específicas, p. ex., no domínio das atividades agro-rurais, mobilizando também financiamento do FEADER;
- ✓ Reordenamento fundiário e valorização económica da Serra e do Barrocal, enquadrado em políticas públicas inspiradas no PNPOT e nos PROF;
- ✓ Conceção e execução de projetos de incidência intermunicipal no domínio da Cooperação económica transfronteiriça; e
- ✓ Criação de uma Rede de Centros de Recursos para o Empreendedorismo, tendo por base a integração funcional dos centros de incubação empresarial existentes.

⁴ Atualmente existe uma dinâmica de colaboração pro-tecnológica entre a UALg, a Algarve STP e a Algarve Evolution (associação de empresas TIC's) no âmbito do Projeto Algarve Tec Hub, referido no Capítulo 1.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-

3.2. Fichas por Domínio de intervenção

<i>Infraestrutura de conetividade digital de banda larga em territórios de baixa densidade</i>	
1. Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da rede de infraestruturas de conetividade digital de banda larga em territórios de baixa densidade, com aumento do número de alojamentos servidos por redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada
2. Enquadramento nos instrumentos de financiamento	
PO Algarve 2021-27 OP1 - Algarve mais competitiva e inteligente	1.5. Promover a conetividade digital (5G)
PO Algarve 2021-27 OP4 - Algarve mais Social e Inclusivo	4.g) Aprendizagem ao longo da vida, designadamente no âmbito da formação e capacitação em competências digitais
PO Algarve 2021-27 OP5 - Algarve mais próximo	OE 5.2 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança (zonas não urbanas)
Outros instrumentos de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> PRR
3. Exemplos de Tipologias de Projetos	<ul style="list-style-type: none"> Infraestruturas digitais de banda larga (fixa e móvel) em espaços de baixa densidade populacional ou do interior, instalando redes fixas de fibra ótica nos territórios não cobertos pelo mercado de telecomunicações (e.g. zonas brancas) - investimento público, nas componentes grossista e (parte) retalhista, a oferta de serviços não coberta pelas obrigações decorrentes do leilão 5G; Conetividade dos equipamentos educativos e de saúde; (e)Saúde.
4. Enquadramento das ações em referenciais estratégicos (europeus, nacionais e regionais)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia Regional Algarve 2030 EREI Algarve 2030. Plano Nacional de Banda Larga.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-

Acesso a Serviços de Interesse Geral	
1. Objetivos	Reforçar a dotação de SIG das Aldeias, segundo as mais eficazes e eficientes condições de acesso (físico e digital) procurando responder às necessidades de atração e fixação de residentes.
2. Enquadramento nos instrumentos de financiamento	
PO Algarve 2021-27 OP4 - Algarve mais Social e Inclusivo	OE 4.1 Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida OE 4h) Inclusão ativa, igualdade oportunidades, não discriminação, participação ativa e melhoria da empregabilidade (grupos vulneráveis) OE 4k) Igualdade de acesso a serviços de qualidade e em tempo útil; proteção social; sistemas de saúde e cuidados prolongados
PO Algarve 2021-27 OP5 - Algarve mais próximo	OE 5.2 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança (zonas não urbanas)
Outros instrumentos de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • POCTEP Alentejo-Algarve-Andaluzia
3. Exemplos de Tipologias de Projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Digitalização de serviços públicos nas áreas do ensino, formação, saúde, apoio na procura de emprego, assistência social e acolhimento de crianças (serviços acessíveis, integrados e inovadores no aproveitamento de projetos de base tecnológica); • Promoção do voluntariado e trabalho colaborativo; • Promoção do equilíbrio trabalho-vida; • Apoio à Inclusão de grupos desfavorecidos; • Apoio à criação de Espaços Comunitários multifuncionais; • Criação de Centros interpretativos sobre recursos e produtos locais; • Apoio à cooperação inter-territorial; • Apoio às atividades desportivas e de lazer e aos “hobbies”; • Apoio à habitação nos pequenos aglomerados.
4. Enquadramento das ações em referenciais estratégicos (europeus, nacionais e regionais)	<ul style="list-style-type: none"> • PNPOT • Estratégia Regional Algarve 2030 • Plano de Ação Diversificar Algarve 2030 • Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve 2022-2027 (AMAL)

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-

Indústrias Culturais e Criativas- Condições de suporte e incentivo	
1. Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Atrair agentes socio-culturais e novos residentes, através do fomento de modelos inovadores de intervenção, suportados pelas indústrias culturais e criativas • Promover o cruzamento de atuações interdisciplinares, dedicadas a estimular e favorecer a reinterpretação e valorização do património local, envolvendo os residentes • Estimular o aparecimento de novas iniciativas empreendedoras (negócios e serviços) suportadas pelas NTIC e serviços de interesse geral instalados.
2. Enquadramento nos instrumentos de financiamento	
PO Algarve 2021-27 OP1 - Algarve mais competitiva e inteligente	OE 1.3 Promoção do investimento e do emprego nas PME e da capacidade de crescimento das atividades OE 1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo
PO Algarve 2021-27 OP2 - Algarve mais verde, com baixo teor de carbono	OE 2.6 Promover a transição para uma economia circular
PO Algarve 2021-27 OP4 - Algarve mais Social e Inclusivo	4.h) Inclusão ativa, igualdade oportunidades, ... OE 4.6 Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social (...)
PO Algarve 2021-27 OP5 - Algarve mais próximo	OE 5.2 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança (zonas não urbanas)
Outros instrumentos de financiamento	Programas de cooperação territorial; Compatibilização e promoção de iniciativas conjuntas com Fundações privadas
3. Exemplos de Tipologias de Projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhimento, estímulo e suporte tutorial às indústrias culturais e criativas (novas profissões e autoemprego) • Recolha de memórias e criação de acervos identitários das aldeias algarvias, destinados à sua utilização por iniciativas de criação artística e/ou de empreendedorismo criativo; • Criação de centros experimentais para formação de públicos jovens, com possibilidade de alojamento; • Projetos culturais de reinterpretação e valorização dos recursos regionais, p.ex., através das novas tecnologias. • Projetos em rede, ao nível de cada aldeia e inter-aldeias, em especial de natureza temática específica; • Iniciativas de animação socio-cultural, envolvendo entidades públicas e privadas sediadas nos territórios. • Programação cultural em rede; • Projetos de empreendedorismo, dedicados à criação artística de novos produtos e serviços, suportados pelos valores identitários de cada aldeia envolvida.
4. Enquadramento das ações em referenciais estratégicos (europeus, nacionais e regionais)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Ação Diversificar Algarve 2030 • Estratégia Regional Algarve 2030 • Plano Nacional das Artes.

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO
DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-**

Mobilidade e Transportes	
1. Objetivos	Melhorar a rede de transportes públicos nas componentes mais eficazes e eficientes nas respostas às necessidades de utilização pelas pessoas e agentes económicos, com residência e/ou atividade nos territórios de baixa densidade do Barrocal e da Serra Algarvia.
2. Enquadramento nos instrumentos de financiamento	
PO Algarve 2021-27 OP2 - Algarve mais verde, com baixo teor de carbono	OE 2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável
PO Algarve 2021-27 OP5 - Algarve mais próximo	OE 5.2 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança (zonas não urbanas) [Parcerias não urbanas, como elemento de estruturação de propostas]
Outros instrumentos de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo Ambiental
3. Exemplos de Tipologias de Projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoramento das ligações urbano-rurais, em termos de transportes públicos; • Organização da partilha de meios de transporte coletivo e viaturas comunitárias; • Apoio aos operadores privados de transporte (táxis); • Aplicação das novas tecnologias digitais para o fomento da intermodalidade nos transportes.
4. Enquadramento das ações em referenciais estratégicos (europeus, nacionais e regionais)	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia Regional Algarve 2030 • PAMUS para o Centro Algarvio, o Barlavento e o Sotavento do Algarve (AMAL) • VAMUS - Mobilidade Urbana Sustentável no Algarve (AMAL)

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

Desenvolvimento sustentável (Gestão da Paisagem, Sustentabilidade no uso de recursos naturais e solos)	
1. Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização de redes de diversificação da oferta de experiências de turismo sustentáveis (conservação da biodiversidade e património natural e cultural) • Capacitação para a gestão agrícola sustentável da biodiversidade e serviços dos ecossistemas, em contexto de alterações climáticas.
2. Enquadramento nos instrumentos de financiamento	
PO Algarve 2021-27 OP2 - Algarve mais verde, com baixo teor de carbono	OE 2.6 Promover a transição para uma economia circular OE 2.7 Reforçar a proteção da natureza e a biodiversidade, as infraestruturas verdes e reduzir a poluição
PO Algarve 2021-27 OP4 - Algarve mais Social e Inclusivo	OE 4.f) Promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação ...
PO Algarve 2021-27 OP5 - Algarve mais próximo	OE 5.2 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança (zonas não urbanas)
Outros instrumentos de financiamentos	<ul style="list-style-type: none"> • POCTEP-; Alentejo-Algarve-Andaluzia; • PE-PAC (FEADER); e • ITI Água e Ecossistemas de Paisagem (Algarve-Alentejo)
3. Exemplos de Tipologias de Projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de respostas a necessidades das ONGA; • Estruturação de sistemas alimentares locais (inter Aldeias); • Agricultura regenerativa; • Agricultura e pecuária comunitária para revitalização de terrenos incultos propícios; • Gestão racional e eficiente da água e dos solos; • Adaptação e boas práticas de gestão de recursos naturais; • Operacionalização do <i>Centro de Competências na Luta contra a Desertificação (CCDesert)</i> - capacitação, divulgação e transferência de conhecimento, na antecipação e combate aos riscos da desertificação. • Promoção da agricultura orgânica e prioridade a produtos orgânicos nos equipamentos escolares e de saúde; • Promoção do ecoturismo e iniciativas inter-territoriais para promoção do turismo de natureza; • Alterações climáticas e riscos - intervenções de proteção civil com as comunidades.
4. Enquadramento das ações em referenciais estratégicos (europeus, nacionais e regionais)	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia do Prado ao Prato, Comissão Europeia; • Estratégia Nacional para a Bioeconomia Sustentável 2030 • Plano de Ação Diversificar Algarve 2030 • Estratégia Regional Algarve 2030.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-

Desenvolvimento sustentável (Economia de Baixo carbono, Economia Circular e Energia)	
1. Objetivos	<p>Fomentar o desenvolvimento de produtos e serviços com base em recursos naturais e agroflorestais, segundo modelos de Economia Circular</p> <p>Promover a valorização energética e biotecnológica de subprodutos e biorresíduos de exploração de recursos naturais e agroflorestais</p> <p>Estimular a implementação de modelos de negócio de baixo carbono junto das comunidades locais.</p>
2. Enquadramento nos instrumentos de financiamento	
PO Algarve 2021-27 OP2 - Algarve mais verde, com baixo teor de carbono	<p>OE 2.1. Promover a eficiência energética e redução das emissões de gases de efeito estufa</p> <p>OE 2.2 Promover as energias renováveis</p> <p>OE 2.6 Promover a transição para uma economia circular</p>
PO Algarve 2021-27 OP4 - Algarve mais Social e Inclusivo	<p>4.f) Promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação ...</p>
PO Algarve 2021-27 OP5 - Algarve mais próximo	<p>OE 5.2 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança (zonas não urbanas)</p>
Outros instrumentos de financiamentos	<ul style="list-style-type: none"> • POCTEP - Alentejo-Algarve-Andaluzia • Fundo Ambiental
3. Exemplos de Tipologias de Projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de projetos integrados de gestão de resíduos e efluentes, de baixa escalatura, produção de biogás, energia solar térmica, energia solar fotovoltaica, geotermia, etc.); • Utilização de tecnologias TIC para a melhoria da monitorização, da prevenção de perdas e da qualidade das redes de abastecimento de água; • Implementação da sensorização integrada e gestão da “Big Data” e da “IoT” para ações de planeamento do território, gestão de ativos ambientais e otimização da utilização de recursos naturais e solos. • Comunidades energéticas (Balanços energéticos de suporte a modelos de geração de energia elétrica combinados a partir das diversas fontes alternativas; Autoconsumo particular e comunitário de eletricidade e calor recorrendo a fontes de energia renovável - fotovoltaicas, biogás, resíduos agrícolas e florestais).
4. Enquadramento das ações em referenciais estratégicos (europeus, nacionais e regionais)	<ul style="list-style-type: none"> • Pacto Ecológico Europeu • Plano de Ação Energia e Clima 2030 • Estratégia Regional Algarve 2030 • Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC -AMAL) • AREC - Agenda Regional para a Economia Circular.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-

<i>Fomento de atividades das empresas e dos empresários rurais</i>	
1. Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar as condições de reestruturação das atividades orientadas para a recomposição das cadeias de valor produtivo das economias do Barrocal e da serra algarvia • Transferir conhecimento das Unidades de I&D da Universidade e outras para dinamizar novas atividades, produtos e serviços • Apoiar a transformação e comercialização de produções endógenas junto dos mercados locais, regionais e outros.
2. Enquadramento nos instrumentos de financiamento	
PO Algarve 2021-27 OP1 - Algarve mais competitiva e inteligente	OE 1.3 Promoção do investimento e do emprego nas PME prioridade aos investimentos produtivos em inovação, bem como promoção da capacidade de crescimento e de internacionalização das PME OE 1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo
PO Algarve 2021-27 OP4 - Algarve mais Social e Inclusivo	OE 4.f) Promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação ... OE 4. a) Acesso ao emprego para todos os candidatos a emprego (+Coeso)
PO Algarve 2021-27 OP5 - Algarve mais próximo	OE 5.2 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança (zonas não urbanas), por via do ITI e do PADRE.
Outros instrumentos de financiamentos	<ul style="list-style-type: none"> • PE-PAC (FEADER) • POCTEP - Alentejo-Algarve-Andaluzia
3. Exemplos de Tipologias de Projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas e equipamentos de acolhimento empresarial, com infraestruturas e serviços digitais; • Renovação de edifícios degradados nas aldeias e vilas; • Refuncionalização de equipamentos coletivos para espaços multifuncionais abertos à dinamização de atividades locais; • Apoios à criação e à atividade empresarial/oferta de serviços comuns (acolhimento de nómadas digitais); • Apoio à criação/atribuição de marcas a produtos agrícolas e artesanais locais; • Comercialização de produtos de valor acrescentado; • Ações de qualificação e reconversão profissional de ativos; • Atividades de “mentoring”/consultoria às empresas; • Aconselhamento e apoio financeiro a iniciativas de jovens NEET; • Envelhecimento ativo e Transferência de conhecimento e saberes (in)formais/renovação geracional; • Apoio a projetos de I&D Empresarial; • Fomento do setor empresarial social; • Empresarialização de atividades do turismo e lazer.
4. Enquadramento das ações em referenciais estratégicos (europeus, nacionais e regionais)	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia Regional Algarve 2030 • Plano de Ação Diversificar Algarve 2030 • EREI Algarve 2030 (Domínios de especialização) • Contributo da AMAL para Estratégia Algarve 2030 • Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável.

3.3. Entidades Beneficiárias e Condições de acesso

Nesta vertente, importa equacionar soluções de gestão operacional do instrumento “Aldeias Inteligentes” à luz da estabilização em curso do desenho regional do OP 5/OE 5.2 e ponderando o estatuto que a AG do PO pretenda conferir a esta intervenção inovadora. Em abstrato, estão em causa abordagens mais autónomas (*Plano por Aldeia*) ou de integração de abordagens territoriais (*Plano/Programa de Ação para a Rede de Aldeias*, subordinado a um passo intermédio da pré-qualificação de Aldeias).

Este último formato permitiria acautelar a manifestação de procuras assimétricas e fragmentadas menos controláveis na gestão operacional e de dotação financeira. Todavia, a sua adoção deveria ser acompanhada de suficiente flexibilidade de procedimentos de modo a simplificar a organização de processos de candidatura na fase de pré-qualificação.

Com a possibilidade de procuras mais autónomas nessa fase, seria possível desenvolver uma fundamentação mais robusta para estruturar o Programa da Rede, compreendendo também as dimensões de gestão, monitorização e assistência técnica às Aldeias que venham a integrar esse Programa de Ação da Rede das Aldeias Inteligentes.

As entradas seguintes reportam, no essencial, a componentes/requisitos a preencher na ótica da pré-qualificação mas são extensíveis ao formato mais autónomo acima referido.

↳ **Entidades Beneficiárias**

Na ótica da Rede de Aldeias Inteligentes consideram-se como entidades beneficiárias, todas as entidades públicas, empresas municipais, associações privadas sem fins lucrativos e instituições particulares de solidariedade social, sediadas nos territórios envolvidos.

Também serão consideradas entidades elegíveis, aquelas que, com o mesmo estatuto, tenham uma atuação relevante no território, desde que tenham estabelecido um Consórcio, mediante protocolo ou contrato de parceria, destinado à promoção de projetos do Plano de Ação em que se candidatam, com um município ou junta de freguesia do território.

Nestas circunstâncias, no próprio documento de definição da figura de Consórcio (ou parceria), deverão ser explicitados os campos de atuação de cada entidade, resultados a atingir, e montantes a afetar. As atividades, resultados e montante de despesas da responsabilidade de cada entidade, deverão ser objeto de detalhe por parte das mesmas e não ser superiores a 15% do montante total da candidatura.

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO
DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-**

↳ **Condições de Acesso**

Para além de se considerarem elegíveis as despesas de contratação de serviços externos de natureza imaterial (estudos, anteprojetos, consultadoria, prestações de serviços de marketing, iniciativas de animação e/ou criação artística, etc.) poderão ser também consideradas elegíveis outras categorias de investimento, tanto de natureza material como imaterial, que contribuam para o desenvolvimento dos projetos no âmbito da candidatura a apoiar, nomeadamente:

- (i) projetos de urbanismo, arquitetura e engenharia;
- (ii) atividades de investigação, desenvolvimento e testes de conceito;
- (iii) conceção, montagem e teste/experimentação de tecnologias para soluções inovadoras;
- (iv) ações de formação e capacitação;
- (v) organização de iniciativas culturais e artísticas de âmbito local e regional.

Para estas despesas deverão ser estabelecidos limites máximos de elegibilidade, a determinar em função das características dos projetos e do nível da procura da Rede.

As candidaturas, a promover predominantemente em parceria, devem integrar entidades que atuem em três ou em mais de três aldeias, favorecendo assim a promoção de projetos em rede, dedicados à mesma temática de intervenção.

Em face da relevância do fomento de iniciativas de mobilização da população residente, e a própria formação de competências dos atores envolvidos, para a continuidade e sustentabilidade futura dos projetos a apoiar, serão considerados elegíveis custos próprios da entidade promotora, até um máximo de 20% do total do valor considerado elegível.

Os Avisos a lançar, devem ser organizados na seguinte base de financiamento:

- 60% do montante a concurso, lançado em permanência, para os dois primeiros anos de funcionamento da Rede, até esgotamento dessa verba;
- 40% serão mobilizados, tendo por base um exercício de avaliação, a ser desencadeado até 2/3 desse mesmo prazo, e também mediante concurso aberto em permanência até final do valor total afeto à Rede.

↳ **Crítérios de seleção**

Como critérios de seleção das candidaturas das Aldeias para integrar a Rede, indicam-se para devida ponderação os seguintes:

- ✓ *Qualidade do projeto*

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

Mediante apresentação de um Plano de Ação com metodologia de intervenção operacional, objetivos, resultados a alcançar e calendarização, bem como pela capacidade demonstrada de envolvimento direto e contínuo de entidades sedeadas na Região, ou com atuação relevante na área geográfica de desenvolvimento do projeto ou investimento.

✓ *Impactos no território*

Pela avaliação da relevância das atuações preconizadas, mediante descrição, documentalmente comprovada, de diagnósticos, estudos ou ante-projetos prévios, modelos de articulação na região e/ou com entidades externas relevantes para a sua prossecução; capacidade de mobilização de soluções inovadoras no território e dos seus agentes e/ou recursos locais, naturais, patrimoniais e culturais; efeitos na criação de postos de trabalho; efeitos na criação de infraestruturas, equipamentos ou serviços tecnológica e ambientalmente relevantes; potencial de replicabilidade em novos projetos na região; e apresentação de projetos em consórcio (ou parceria).

✓ *Condições de sustentabilidade da candidatura e sua prossecução futura*

A sustentabilidade da proposta é apreciada pela avaliação das características do promotor, isoladamente ou em consórcio, mediante avaliação da sua motivação e fundamentos para prossecução do projeto, equipa técnica a envolver, grau de domínio técnico das áreas temáticas em que se propõe desenvolver o seu projeto, grau de amadurecimento deste, e apresentação do modelo de viabilidade futura para sua continuidade (quando se aplique).

Esta viabilidade deve ser explicitada em termos de fontes de recursos financeiros para suportar as estruturas próprias, pela descrição do modelo de organização preconizado, pelo funcionamento e eventual exploração dos sistemas a instalar, e pelo compromisso com a manutenção futura do modelo de funcionamento em consórcio (se aplicável).

A contratualização das candidaturas aprovadas deverá seguir o modelo estabelecido para todo o PO Regional.

✓ *Monitorização e Avaliação*

As candidaturas à Rede deverão explicitar a realização de um exercício de avaliação externa do grau de cumprimento dos objetivos traçados para cada Domínio de intervenção; em função dessa avaliação, poderão ser redistribuídas as verbas programadas por Domínio.

A monitorização do Plano de Ação deverá ser assegurada mediante a elaboração de relatórios semestrais de balanço da aplicação das verbas atribuídas, montante de despesa apresentado em pedidos de pagamento validados, montantes de pedidos de pagamento pagos, percentagens de execução, e avaliação quantitativa e qualitativa do grau de cumprimento dos objetivos fixados e resultados atingidos.

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO
DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-**

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise, enquadramento e propostas apresentadas neste Relatório, têm implicações importantes para o modelo concetual do Programa e para o "estatuto" do mesmo no contexto da gestão e implementação dos novos instrumentos de programação.

Nesse sentido, afigura-se necessário refletir em torno de um conjunto de questões-chave que se situam em pontos críticos da promoção e gestão do desenvolvimento territorial, da articulação de políticas e instrumentos, da eficácia e eficiência de afetação de recursos de financiamento público e do estímulo de parcerias e redes colaborativas.

O enunciado e conteúdo das questões seguintes visa contribuir para essa reflexão, desde logo, no patamar da Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve e interpela a CCDR Algarve no tocante a um papel mais interveniente na interface com um tecido de atores regionais colocados perante uma geração de instrumentos de programação, marcada pela diversidade e à procura de interlocutores qualificados e com desejável focagem.

Questão-chave 1. A Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve deve constituir-se como programa-base ou programa-suplementar de políticas públicas e de intervenções para os Territórios de Baixa Densidade?

Na ótica da análise e propostas constantes dos capítulos anteriores, o que se procura são respostas para dimensões-problema em que a componente conectividade digital não constitui um fim em si mesmo. Nomeadamente, e como é amiúde sublinhado, afigura-se indispensável tomar por base objetivos e programas em fase de conceção, nomeadamente, o ITI Água e Ecossistemas de Paisagem, o Plano de Mobilidade Algarve 2030, no quadro da gestão integrada da AMAL, e o Programa Energia (Comunidades e autossuficiência energética), variáveis relevantes para identificar territórios prioritários, instrumentos integrados, projetos transversais, que carecem de respostas na esfera digital.

Isto significa que há investimentos infraestruturais que deverão estar definidos para o conjunto dos territórios do Interior do Algarve que não podem estar dependentes de candidaturas espontâneas, mas de investimentos públicos devidamente programados. O mapeamento de "Áreas sem cobertura de redes de elevada capacidade", realizado em 2021 pela ANACOM, sinaliza essas necessidades e o OE 1.5 (Promover a conectividade digital) deve financiar os respetivos investimentos.

Corolário - A Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve deve ocupar uma camada acima da restante programação em curso.

Questão-chave 2. A Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve deve ser um Programa totalmente aberto e concorrencial, com Avisos sucessivos para projetos, ou um Programa com um certo nível robusto de integração inicial?

Num enquadramento segundo o espírito concorrencial dos Avisos e com a recomendação subjacente de avaliação de mérito da execução, qualitativa e quantitativa (reserva de eficiência de 40%), pelas razões aduzidas na Questão 1, era importante encontrar uma solução combinada, com Domínios de intervenção obrigatórios (pelo menos três) e % limite para cada um dos Domínios.

Essa solução implicaria que investimentos que se pretende concretizar, nomeadamente na esfera pública, fossem incluídos pelas Aldeias promotoras nas suas propostas de Planos de Ação. Esses Planos de Ação concebidos inicialmente para cada aldeia candidata permitiriam acomodar essa ambivalência entre investimentos obrigatórios e projetos concorrenciais a acomodar por um sistema de incentivos para pequenos investimentos (com “seed money”).

Corolário - Mais de metade do Programa seria destinada a projetos inovadores e criativos em regime concorrencial no quadro de prioridades traçadas por cada uma das aldeias.

Questão-chave 3. A Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve deve ser um Programa para corporizar a transformação dos territórios rurais em "espaços de consumo" e de "vivência/habitabilidade" ou em vez "espaços de produção"?

Esta é uma questão essencial, pois esta dicotomia tem vindo a agravar-se. De facto, a digitalização tem acentuado a concentração dos territórios de produção (mais produtividade, melhor sistema tecnológico, menos trabalho no sistema produtivo,...), alargando a capacidade de atração a novas profissões e a novos serviços dos territórios de baixa densidade. Aqui se pode colocar (ou não) o problema da complementaridade com outros recursos de financiamento comunitários disponíveis, do PRR ao PEPAC, incluindo o Fundo Ambiental, e a outros programas de âmbito nacional (EEA-Grants, ...).

No que respeita ao PRR, o Algarve tem programa para a Água, o que é importante integrar, pois haverá investimentos nas infraestruturas e na produção de regadio. Mas tem previsto muito pouco de paisagem (o Programa de Transformação de Paisagem - PTP, de relevância potencial forte para o Algarve, tem incidência parcial na Região).

Esta é uma dimensão de intervenção que remete também para o Fundo Ambiental, (nomeadamente, na política florestal e de conservação da natureza) e no Algarve, apenas os concelhos de Monchique, Silves, Loulé, S. Brás de Alportel e Tavira estão abrangidos pelo PTP. A questão que se deve colocar é qual a articulação deste PTP com as "Áreas Integradas de Gestão de Paisagem" e os "Condomínios de Aldeia" ou o Programa "Emparcelar"?

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

No que respeita ao PEPAC, a possível articulação faz-se, essencialmente, no Eixo D - Abordagem Territorial Integrada, desde logo com D1 - Desenvolvimento Local de Base Territorial, mas também com o D2 - Programa de Ação em Áreas Sensíveis (Gestão integrada em áreas críticas) e D3 - Regadios Coletivos Sustentáveis.

A articulação com D1 parece evidente, sendo essencial compreender bem qual o nível de coordenação com a programação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se prefiguram para a Região. Por outro lado, os "Territórios de água" que estão contemplados no âmbito do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem podem constituir alavanca para mais investimento produtivo, objetivo para o qual se deveria canalizar algum esforço de intervenção nos Planos de Ação das Aldeias Inteligentes.

Corolário - Escrito isto, o Programa da Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve deverá ser direcionado essencialmente para a criação de serviços e atração de novas profissões na transição produção-serviços, respondendo à matriz socioeconómica de cada território.

Questão-chave 4. O Programa Aldeias Inteligentes do Algarve vai estimular a criação de instrumentos capazes de densificar o capital social, nomeadamente, a melhoria institucional e organizacional em territórios de baixa densidade?

A ideia da constituição de consórcios público-privados com dimensões diversificadas para preparar e concretizar as candidaturas, é uma ideia à qual se reconhecem virtualidades. Isso só por si robustece as iniciativas e, portanto, esse seria o modelo a defender para a apresentação de candidaturas. Mas não é garantia bastante para assegurar a criação de novas formas de governação dos territórios - materiais e imateriais.

Corolário - A consolidação de estruturas de intermediação-construção-animação-promoção do território constitui um elemento-chave para conferir robustez ao Programa.

Anexo 1 - Referências documentais

O “desk-research” efetuado no âmbito da elaboração deste Relatório permitiu identificar um conjunto vasto de documentos apenas parcialmente processado e mais explicitamente mencionado no texto do Relatório.

Pela interação temática em presença e de aprofundamento potencial que esses documentos poderão proporcionar (“benchmarking” de abordagens territoriais, experiências de intervenção para a valorização de recursos endógenos, modelos de governação, etc.), organizou-se um breve repositório de documentação.

- Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «Aldeias e pequenas cidades como catalisadores de desenvolvimento rural: desafios e oportunidades» (2018/C 081/03), in JO UE (02.03.2018)
- Parecer do Comité das Regiões Europeu sobre «Revitalização das zonas rurais através de aldeias inteligentes» (2018/C 164/08), JO UE (08.05.2018)
- Parecer do Comité das Regiões Europeu sobre «Cidades inteligentes: novos desafios para uma transição justa rumo à neutralidade climática- como aplicar os ODS na prática?», in JOUE (2020/C 39/17), 05.02.2020
- Declaração de Cork 2.0. «Uma vida melhor nas zonas rurais», Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural, 2016
- Parecer do Comité das Regiões Europeu sobre Inovação e Modernização da Economia Rural, JO C120, de 05.04.2016
- Relatórios sobre a Coesão Económica Social e Territorial, Julho de 2014 e Fevereiro de 2022.
- Parecer do Comité das Regiões Europeu sobre o tema “Rumo a uma política alimentar da UE sustentável que fomente o emprego e o crescimento nas regiões e municípios da Europa”, in JO C272 (17.08.2017)
- Parceria Europeia de Inovação para as Cidades e Comunidades Inteligentes, DG Energia
- EU Action for Smart Villages, European Commission DG AGRI
- Projeto Smart Rural 21: Preparatory Action on Smart Rural Areas in the 21st Century, DG AGRI/ Group E 40 (<https://www.facebook.com//Smart Rural 21/?epa=SEARCH BOX>)
- Smart Village: quando a tecnologia chega aos vilarejos para ficar, Iberdrola

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

- **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, ODS Local-Plataforma Municipal dos ODS**
- **Inovação Rural: desenvolvimento de soluções reais para áreas rurais inteligentes e resilientes na Europa, in rede rural.gov.pt/CORDIS**
- **Uma visão a longo prazo para as Zonas Rurais da União Europeia - Para Zonas rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas, até 2040, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM (2021) 345 final (30.06.2021)**
- **Plano Estratégico da PAC 2030-2027 - Orientação Estratégica e Lógica de intervenção, Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura**
- **Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia, ASAS (Aldeias Sustentáveis e Ativas) - Guia de Boas Práticas, ANIMAR et.all (2013).**
- **Territórios de Baixa Densidade (Diagnóstico e Estratégia Algarve 2014-2020), CCDR Algarve/IESE (novembro de 2014).**
- **Inclusão e Emprego (Diagnóstico e Estratégia Algarve 2014-2020), CCDR Algarve/IESE (novembro de 2014).**
- **Mapa Regional de apoio à criatividade e inovação como instrumentos para a criação e consolidação as empresas do Algarve, CRIA/UALG.**
- **Projeto LIVERUR (Horizon 2020) - modelos de negócios sustentáveis e inovadores no âmbito da economia circular, in liverur.eu**
- **Projeto RUBIZMO - Desenvolvimento do empreendedorismo e modelos de negócio nas Zonas-Rurais, in rubizmo.eu**
- **Projeto SIMRA (Horizon 2020) - Inovação social em áreas rurais marginalizadas, in simra-h2020.eu**
- **Transição Digital e Inteligência Coletiva Territorial, António Covas, Edições Sílabo (2021).**

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-

Anexo 2 - Aldeias Inteligentes - Domínios de intervenção e de Ações-tipo

A tabela seguinte sistematiza os Pareceres CESE e Comité das Regiões (*) relativos às Iniciativas da Comissão Europeia relativas às Aldeias Inteligentes, na ótica da identificação preliminar de Domínios de Intervenção e Ações-tipo para o desenvolvimento das mesmas.

Domínios de intervenção	Ações-tipo
1. <i>Infraestrutura de conectividade digital de banda larga em territórios de baixa densidade</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestruturas digitais de banda larga (fixa e móvel) em territórios com baixos níveis de acesso a serviços digitais (Alojamentos/agregados familiares e empresas); • Conetividade dos equipamentos educativos e de saúde • (e)Saúde.
2. <i>Acesso a Serviços de Interesse Geral (“Digitalização da Provisão”)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Digitalização de serviços públicos nas áreas do ensino, formação, saúde, apoio na procura de emprego, assistência social e acolhimento de crianças (acessíveis, integrados e inovadores no aproveitamento de projetos tecnológicos); • Melhoramento de “eSkills”; • Promoção do voluntariado; • Promoção do equilíbrio trabalho-vida; • Inclusão de grupos desfavorecidos; • Apoio à criação de Espaços Comunitários; • Apoio à cooperação inter-territorial; • Melhoramento das ligações urbano-rurais, em termos de transportes públicos; • Apoio às atividades desportivas e aos hobbies; • Apoio à habitação.
3. <i>Acolhimento empresarial e fomento de atividades das empresas e dos empresários rurais</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas e equipamentos de acolhimento empresarial • Renovação de edifícios degradados nas aldeias e vilas; • Refuncionalização de equipamentos coletivos; • Apoios à criação e à atividade empresarial/oferta de serviços comuns, p.ex., de acolhimento e suporte a nómadas digitais; • Apoio à criação/atribuição de marcas a produtos agrícolas e artesanais locais; • Apoio à comercialização de produtos de valor acrescentado; • Atividades de “mentoring”/consultoria às empresas; • Aconselhamento e apoio financeiro a iniciativas de jovens NEET; • Envelhecimento ativo vs. Transferência de conhecimento e saberes (in)formais/renovação geracional; • Apoio a projetos de Investigação e Desenvolvimento Empresarial; • Apoio à inovação e desenvolvimento do conhecimento; • Fomento do setor empresarial social; • Promoção do turismo e do lazer/recreação. • Acolhimento, estímulo e suporte tutorial às indústrias culturais e criativas (novas profissões e autoemprego).

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

- Estratégia e Prioridades de intervenção-

Domínios de intervenção	Ações-tipo
4. <i>Mobilidade e transportes</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da partilha de meios de transporte coletivo e viaturas comunitárias; • Construção e melhoramento de percursos cicláveis e pedonais; • Aplicação das novas tecnologias digitais para o fomento da intermodalidade nos transportes.
5. <i>Desenvolvimento sustentável</i> (Conservação da Natureza e Biodiversidade, Gestão da Paisagem, Sustentabilidade no uso de recursos naturais e solos, Economia de Baixo carbono, Bioeconomia, Economia Circular e Energia)	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de respostas a necessidades das ONGA's locais; • Estruturação de sistemas alimentares locais; • Agricultura regenerativa; • Gestão/utilização racional e eficiente da água e dos solos; • Comunidades energéticas (autoconsumo particular e comunitário de eletricidade e calor recorrendo a fontes de energia renovável - fotovoltaicas, biogás, resíduos agrícolas e florestais); • Adaptação e boas práticas de gestão de recursos naturais; • Promoção da agricultura orgânica e priorização dos produtos orgânicos nas infraestruturas escolares e de saúde; • Promoção do ecoturismo e iniciativas de marketing inter-territoriais para a promoção do turismo de natureza; • Promoção de projetos integrados de gestão de resíduos e efluentes, de baixa escala, recorrendo à integração de novas tecnologias que componham o ciclo de vida (aquaponia, hidroponia, produção de insetos, aquicultura, produção de biogás, energia solar térmica, energia solar fotovoltaica, geotermia, etc.); • Agricultura e pecuária comunitária para revitalização de terrenos incultos propícios; • Utilização de tecnologias TIC para a melhoria da monitorização, da prevenção de perdas e da qualidade das redes de abastecimento de água; • Implementação da sensorização integrada e gestão da "Big Data" e da "IoT" para ações de planeamento do território, gestão de ativos ambientais e otimização da utilização de recursos naturais e solos.

(*) Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «Aldeias e pequenas cidades como catalisadores do desenvolvimento rural: desafios e oportunidades» (2018/C 081/03) e Parecer do Comité das Regiões Europeu- Revitalização das zonas rurais através de aldeias inteligentes (2018/C 164/08).

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO
DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-**

Anexo 3 - Aldeias do Algarve: Programa de Revitalização (2002-2004)- elementos de síntese

Aldeia	População	Equipamento coletivos	Coletividades locais	Projetos de interesse	Montante de Investimento
<i>Cacela Velha</i>	Aldeia: 50 hab. Freguesia: 3 100 hab.	- Escola Básica de 1º Ciclo (Sta Rita) - Posto da Guarda Fiscal	- Sociedade Recreativa Cacelense - ADRIP - Associação de Defesa, Reabilitação e Investigação do Património Cultural e Natural de Cacela - Associação a Manta	- Recuperação do património arquitectónico, histórico e cultural - Instalação do Núcleo Museológico de Cacela Velha - Projecto de uma rede patrimonial e etnográfica - Iniciativas de promoção e animação cultural	480 mil contos
<i>Odeleite</i>	Aldeia: 200 hab. Freguesia: 1200 hab.	- Escola Básica 1.º Ciclo - Jardim de Infância - Actividades de Tempos Livre (A.T.L.) - Junta de Freguesia - Polidesportivo	- Associação Social da Freguesia de Odeleite - Clube Desportivo Recreativo e Cultural de Odeleite	- Projecto de espaços exteriores - Núcleo museológico e espaços contíguos - Recuperação e revitalização do moinho das pernadas - Reabilitação de edifícios de interesse e da sua envolvente - Centro de Desenvolvimento Rural	660 mil contos
<i>Vaqueiros</i>	Aldeia: 120 hab. Freguesia: 830 hab.	- Jardim de Infância - Extensão do Centro de Saúde - Campo de Futebol - Núcleo Museológico - Centro de Dia - Junta de Freguesia - CTT	- Centro Paroquial - Clube Desportivo de Vaqueiros - Associação de Caçadores e Pescadores - Cooperativa de Rega	- Requalificação do largo da igreja - Reabilitação e valorização de fachadas e coberturas - Arruamentos em xisto - Praia fluvial da barragem	310 mil contos
<i>Cachopo</i>	Aldeia: 270 hab. Freguesia: 1420 hab.	- Junta de Freguesia - Escola Básica do 1.º Ciclo - Extensão do Centro de Saúde - Centro de Dia - Biblioteca - Correios - Núcleo Museológico - Centro de Descoberta do Mundo Rural da Mealha	- Diversos Clubes e Associações de Caça e Pesca - Associação Cultural e Recreativa Real Amizade de Cachopo	- Remodelação e restauro da Igreja - Construção da Casa de Estudo e Biblioteca - Lar de Cachopo - Dinamização do Núcleo Museológico	450 mil contos

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO
DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-**

Aldeia	População	Equipamento coletivos	Coletividades locais	Projetos de interesse	Montante de Investimento
<i>Estói</i>	Aldeia: 1100 hab. Freguesia: 3100 hab.	<ul style="list-style-type: none"> - Escola Básica 1.º Ciclo - Escola EB 2,3 (em construção) - Extensão do Centro de Saúde - Jardim de Infância - Mercado Abastecedor - Campo de Futebol - CTT - Lar/Centro de Dia (em projecto) 	<ul style="list-style-type: none"> - Clube Recreativo e Cultural Jograis António Aleixo - Clube de Ciclismo Estoiense 	<ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação Urbana do Núcleo Histórico de Estoi - Centro Comunitário de Juventude e 3ª Idade - Projecto do Complexo Hípico (Para além disso existem dois projectos de grande interesse. O Mercado Abastecedor da Região do Algarve, de 6 milhões de contos e a adaptação do Palácio de Estoi a Pousada, já referido, um projecto da Enatur no montante de 1,5 milhões de contos.) 	450 mil contos
<i>Querença</i>	Aldeia: 200 hab. Freguesia: 1 100 hab.	<ul style="list-style-type: none"> - Junta de Freguesia - Escola Básica do 1º Ciclo - Centro de Dia - Lar da 3ª Idade - Extensão do Centro de Saúde - Polidesportivo - Salão de Festas - Posto Municipal de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Casa do Povo - Fundação Manuel Viegas Guerreiro - APAQUER – Associação de Defesa e Valorização do Património - Associação Bem Estar dos Amigos de Querença - Fábrica da Igreja Paroquial - Comissão de Festas da Freguesia de Querença 	<ul style="list-style-type: none"> - Reordenamento e valorização do Centro Urbano - Construção do Museu do Água - Construção do Centro Etnográfico e Ambiental Manuel Viegas Guerreiro (incluindo um auditório ao ar livre) - Recuperação e criação de áreas de lazer junto das fontes públicas 	450 mil contos
<i>Paderne</i>	Aldeia: 500 hab. Freguesia: 5500 hab.	<ul style="list-style-type: none"> - Escola Básica do 1.º Ciclo - Escola Básica EB 2,3 - Centro Comunitário - Jardim de Infância - Posto da GNR - Campo de Futebol - CTT 	<ul style="list-style-type: none"> - Casa do Povo - Sociedade Filarmónica Padernense - Cooperativa Agrícola do concelho de Albufeira - COPAGUIAL - Futebol Clube Padernense 	<ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação urbana do centro de Paderne - Criação de bolsas de estacionamento - Criação de espaços públicos de convívio (praças) - Reabilitação de edifícios de interesse e da sua envolvente - Criação de espaços verdes de forma a integrar novas zonas de lazer 	460 mil contos
<i>S. Marcos da Serra</i>	Aldeia: 1 300 hab. Freguesia: 2060 hab.	<ul style="list-style-type: none"> - Junta de Freguesia - Extensão do Centro de Saúde - Bombeiros Voluntários - Posto de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Serrano Futebol Clube - Associação Terras de Santa Maria - Sociedade de Recreio e Instrução de S. Marcos 	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação de fachadas e arranjos urbanísticos de ruas e praças - Construção do Museu do Azeite - Construção do Mercado - Construção do Centro Comunitário - Construção do Centro Escolar 	490 mil contos

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR E CRIAÇÃO
DE REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES
- Estratégia e Prioridades de intervenção-**

Aldeia	População	Equipamento coletivos	Coletividades locais	Projetos de interesse	Montante de Investimento
<i>Caldas de Monchique</i>	Aldeia: 145 hab. Freguesia: 2 500 hab.	<ul style="list-style-type: none"> - Igreja - Parque de lazer - Estabelecimento termal (inclui balneário e hospital termais) 		<ul style="list-style-type: none"> - Renovação urbana de Caldas de Monchique - Remodelação das infra-estruturas de saneamento básico e reforço do armazenamento de água - Construção da ETAR (Existem projectos privados no domínio da hotelaria, em fase de conclusão, e uma unidade industrial cujos investimentos nos últimos dois anos totalizaram 4 milhões de contos). 	400 mil contos
<i>Carrapateira</i>	Aldeia: 190 hab. Freguesia: 540 hab.	<ul style="list-style-type: none"> - Escola Básica (1º Ciclo) - Mercado Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> - Clube Cultural e Recreativo os Amigos da Carrapateira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Museu do Mar - Requalificação urbana - Centro Comunitário - Portinho do forno - Ordenamento do pontal (percurso interpretativo do Pontal) 	750 mil contos
<i>Budens</i>	Aldeia: 450 hab. Freguesia: 1 850 hab.	<ul style="list-style-type: none"> - Junta de Freguesia - Escola Básica do 1º Ciclo - Polidesportivo descoberto - Campo de Futebol - Extensão do Centro de Saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Casa do Povo - Rancho Folclórico da Casa do Povo - Sociedade Recreativa de Budens 	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação urbana de Budens - Requalificação urbana de Salema - Requalificação urbana de Figueira - Reabilitação e valorização da faixa costeira entre Boca do Rio e Salema. 	600 mil contos

[Tratamento próprio a partir de *Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve*, CCR Algarve, 2001]